

Recuo deverá manter o índice alto

Da sucursal do
RIO

O vice-presidente do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmecc), Paulo Guedes, disse ontem que se o governo recuar agora nas medidas de contenção monetária e na meta de expansão máxima de 50% da base monetária até o final do ano, "voltaremos a ter uma inflação da ordem de 200%". Para o economista, dada a conjuntura política, "o que resta ao governo é atender ao anseio nacional de queda da inflação. É o mínimo de seriedade e respeito que a Nação merece".

Paulo Guedes destacou que a política de contenção monetária está dando certo e "não cabe um recuo neste momento em que a inflação começa a cair, embora lentamente". Segundo ele, a revisão da meta de 50% de expansão representará uma "tentativa de ajustar-se à teimosia da inflação, quando cabe combatê-la".

Classificou como dados positivos de redução das pressões sobre o orçamento monetário a queda dos juros internos e os indícios de capitalização da agricultura e de incrementos no setor exportador. "As autoridades econômicas — enfatizou — não têm porque assustar-se com a pressão dos financiamentos à agricultura e à exportação, pois o grande crescimento dos preços agrícolas desde o ano passado permitiu uma relativa capitalização no setor e os exportadores vêm sendo beneficiados pelo diferencial entre a evolução da taxa de câmbio e a variação salarial."

MANIPULAÇÃO

Paulo Guedes disse que embora tenha havido manipulação das autoridades na obtenção das taxas de expansão monetária no primeiro trimestre — 2,2% no final do período e 3,5% em médias de saldo diário — o governo ainda teria folga para permitir o crescimento monetário além desses percentuais e

chegar à meta de 50% no ano. "Houve manipulação — afirmou — porque o Banco Central liberou parte do depósito compulsório dos bancos para o financiamento das suas posições no *open market*, reduzindo esses depósitos como base de cálculo da expansão e ao mesmo tempo diminuindo a necessidade de financiamentos do próprio Banco Central no mercado aberto."

Segundo ele, ao invés de propor agora a revisão da meta anual de 50% o governo deveria ter assumido compromissos menos rígidos com o Fundo Monetário Internacional, em termos trimestrais. De acordo com um estudo realizado pelo Ibmecc, para chegar-se à meta de 50% de expansão e considerando as variações sazonais do crescimento da base monetária, esta poderia crescer 7,6% no primeiro trimestre, 8,7% no segundo, 7,7% no terceiro e 19% no quarto, sem afetar a meta final.